

SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
SRS. DEPUTADOS MUNICIPAIS,
SR. PRESIDENTE DA CÂMARA
SRS. VEREADORES
SRS. PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA,
SENHORAS,
SENHORES
GOLEGANENSES E AZINHAGUENSES

25 de ABRIL...

Uma data, um feriado ou um espaço no tempo para pensarmos sobre o poder e a forma de o exercer no contexto da liberdade que há 35 anos nos foi devolvida? Sem deixar de ser uma data a recordar, é cada vez mais um momento para reflectir. Para reflectirmos sobre a liberdade, mas também sobre os direitos e deveres dos cidadãos e daqueles que, em seu nome e representação, exercem o mandato político.

Convido-vos hoje a reflectir em conjunto sobre algo que a todos deve preocupar: o controlo da vida privada, a limitação da liberdade, a vigilância selectiva ao nível da informação. E devemos reflectir para evitar que, em

forma de lei ou simplesmente por uma prática consentida, se restabeleçam hábitos vigentes antes do 25 de Abril.

É que cada um de nós, porque vive em comunidade não desistiu do seu direito de pensar e criticar. As sociedades actuais demonstram estar cansadas da política, tanto mais que a política invade cada vez mais a vida de cada um de nós, conduzindo a que os nossos destinos pessoais dependam cada vez mais do Estado.

Ora esta realidade tem sido aproveitada por quem nos governa para tentar criar uma ordem social, para tentar definir um novo quadro dentro do qual toda, ou quase toda, a vida dos cidadãos seja determinada, controlada. Não como estes eventualmente o desejam, mas como aquele mesmo poder entende que deva ser. O conjunto de leis, de regulamentos, de proibições, de controlos, procuram redefinir até a nossa própria felicidade.

E essa apetência controladora do estado, enquanto sinónimo de poder, tem vindo a desenvolver-se com este poder socialista que, para maior êxito e para poder passar essa mensagem e erradicar a crítica procura arregimentar para a sua causa a informação. Através do controlo da informação, o poder instituído, filtrando as críticas e empolando os elogios

à sua governação, procura atenuar o antagonismo e acelerar uma integração política.

Estamos perante uma tentativa de integração assente numa prática com muita encenação e pouco conteúdo que, quando os cidadãos a compreenderem, deixará estes mais insatisfeitos e amargurados, porque enganados.

É claro que sabemos que qualquer partido político necessita de ter um centro de informação e comunicação.

Mas, uma coisa é um partido utilizar os centros próprios de informação e comunicação. Outra, muito diferente e ética e democraticamente reprovável é utilizar, pressionar ou de alguma forma intervir ou condicionar a informação veiculada pelos meios de comunicação e que se pretendem livres. A tentativa de utilização, condicionamento ou pressão de alguns órgãos de informação em Portugal traduz o reconhecimento da incapacidade deste partido no poder em fazer chegar a sua mensagem aos cidadãos. Mas esse facto não lhe dá o direito de interferir na informação.

É o direito a uma informação livre e descomprometida que começa a ser posta em causa. E com isso a própria essência do regime democrático. E se pensarmos que essa informação controlada poderá conduzir à criação de uma “vedeta”, personalizando nela o poder, mais preocupados devemos ficar.

Com efeito, constatamos hoje que o estado-espectáculo se sobrepõem ao estado-administrador, transformando o país num grande palco onde o actor principal é o que melhor fala, o que mais agilmente ilude as questões que lhe são colocadas, o que mais simpático se mostra na televisão.

Por tudo isto, o controlo da informação e em particular da televisão é essencial a um projecto pessoal de poder, assente na tal figura supostamente divina e que passa a usar esse poder na luta política. Infelizmente, assistimos hoje em Portugal a um processo de santificação do líder que conduz a que se aprecie o acessório e se esqueça o essencial. Mas qualquer poder não deve esquecer que não existe apenas para nos impor o respeito por regras.

Ele existe também para estabelecer uma cooperação, um diálogo entre governantes e governados com vista a satisfazer os interesses e as necessidades destes.

E esse diálogo, justamente porque é diálogo, impõe aos governantes saber ouvir as críticas, aceitá-las desde que justas e sábias. Ora, se se limita o direito de criticar, se se condiciona o direito de denunciar, se se controla ou filtra a informação, está-se a por em causa esse diálogo, ou seja, a colocar em crise o contrato estabelecido entre os cidadãos e os seus representantes.

É nesta linha de liberdade que se encontra a diminuir a cada passo que damos no quadro político actual, que hoje, quando se fala em crítica associa-se-lhe logo a ideia de maledicência e de demolição. Mas isto não é a verdadeira crítica, a verdadeira crítica consiste em analisar os termos da acção criticada para verificar se foi acertado o caminho seguido, o mais indicado para alcançar o objectivo desejado, que para o PSD será sempre a realização dos fins próprios da pessoa humana, melhoria de vida, habitação, emprego, solidariedade, etc. e cujos interesses essenciais se deve respeitar e deixar prosseguir livremente com as restrições

estritamente indispensáveis que decorrem da Constituição da República Portuguesa.

O 25 de Abril transformou-nos de súbditos em cidadãos. Queremos manter essa característica e os inerentes direitos, sem o que deixaremos de ter um governo legítimo para ter um governo meramente legal. E aí dizemos NÃO! Os sinais de prepotência deste governo são preocupantes, não ouvindo – porque o recusa – o clamor popular contra o encerramento de maternidades, centros de saúde e tribunais, contra um desemprego que aumenta assustadoramente, contra o estado calamitoso da educação, contra obras de regime que se pretendem construir.

O 25 de Abril fez-se para isto? Não, minhas senhoras e meus senhores! Aqueles que abnegada e desinteressadamente estiveram na sua origem quiseram para Portugal e os Portugueses mais saúde, melhor justiça, mais bem-estar, mais desenvolvimento. Mas também mais justiça social, menos desequilíbrio social, mais rigor, mais e melhor educação. Enfim, mais esperança para nós, e para os nossos filhos e netos.

Foi para isso que os homens e mulheres que ao longo destes 35 anos assumiram funções autárquicas de responsabilidade o fizeram. Como

aqueles que hoje aqui são homenageados, que ao longo destes anos tiveram por missão assegurar a independência daquele que é naturalmente o órgão fiscalizador local: a Assembleia Municipal. Por onde inevitavelmente e ainda bem que assim é, todas as matérias com impacto profundo no Concelho têm e devem passar!

Meus senhores em nome do PSD da Golegã, de todos os seus eleitos locais, militantes e simpatizantes e particularmente em meu nome pessoal, um agradecimento sentido pela vossa dedicação à Causa Pública.

Para a bancada do PSD A assembleia Municipal não é uma simples fórmula orgânica, nem a mera realização de certos actos ou ritos, para a bancada do PSD a Assembleia Municipal representa o que de mais Útil e Nobre se realiza na acção Democrática, é ela que Delibera e Fiscaliza, longe da demagogia, respeitando a dignidade da pessoa humana, mas consciente dos nossos deveres a bancada do PSD tem apresentado as coisas como elas são, sem carregar os tons de escuro e sem retocar os pontos feios, defendendo a liberdade de exposição e de crítica das ideias, dos princípios e das formulas.

O 25 de Abril deu-nos a liberdade de criticar, de nos informarmos e sermos informados. E perante os cenários sociais, económicos e políticos que se nos deparam é vital que a imprensa, rádio e televisão exerçam cabalmente o seu papel, denunciando o que está mal, nomeadamente qualquer projecto de poder pessoal, assente no controlo dos meios de informação. Com a liberdade, o 25 de Abril trouxe-nos e aos nossos representantes a responsabilidade, o rigor, a credibilidade e o direito a exigirmos destes o cumprimento das suas promessas constantes do pacto que apresentaram ao Povo Português.

Viva o 25 de Abril,

Viva a Golegã,

Viva Portugal!